



**Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE PAULO BENTO
PODER EXECUTIVO**

DECRETO MUNICIPAL Nº 2857/2022

DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

“Dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público Municipal e estabelece forma e critérios para escolha de diretor das escolas da rede municipal de educação de Paulo Bento /RS, e dá outras providências.”

GABRIEL JEVINSKI, Prefeito Municipal de Paulo Bento, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, pela Lei Orgânica do Município em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no artigo 206, inciso VI, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 3, inciso VIII, Art. 64 e 67 da Lei nº 9.394/96 (LDB);

CONSIDERANDO a Lei nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação), e legislações correlatas.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.538 de 09 de junho de 2015 - PME que aprova o Plano Municipal de Educação – PME;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 20, inciso I, da Lei Estadual nº 13.990/2012;

CONSIDERANDO a Lei do FUNDEB nº14. 113/2020, art. 14, § 1º.

DECRETA:

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I

Definições e Conceitos



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE PAULO BENTO
PODER EXECUTIVO

Art. 1º Este Decreto, estabelece a Gestão Democrática do Ensino Público do Município de Paulo Bento/RS, no âmbito das escolas municipais, nos termos indicados pelo art. 206, VI, da Constituição Federal de 1988; art. 197, VI, da Constituição Estadual; Art. 3, VIII, Art. 14 e art. 15, 64 e 67 da LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; em cumprimento ao que dispõe a Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014; Lei estadual nº 10.576, de 14 de novembro de 1995, modificada pela Lei Estadual nº 13.990, de 15 de maio de 2012; da Lei Municipal nº 1.538 de 09 de junho de 2015 - PME; demais legislação vigente.

Art. 2º O conjunto de regras dispostas por este Decreto, confere às Escolas Municipais a autonomia necessária para a gestão administrativa, pedagógica, regulamentadora (regimental) e financeira, bem como para a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores e demais profissionais do magistério, estudantes e servidores escolares, na organização, construção e avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola e nos processos decisórios da instituição.

Art. 3º Para fins deste Decreto, considera-se:

I - Escola Municipal: instituição de ensino de educação infantil e ensino fundamental, criadas e mantidas pelo Poder Público Municipal;

II - Gestão Escolar: forma de organizar o funcionamento da escola nos aspectos políticos, administrativos, financeiros, regulamentadores (regimentais), tecnológicos, culturais, artísticos e pedagógicos, primando pela transparência das ações e cumprimento dos princípios e finalidades do ensino público;

III - Gestão Escolar Democrática: é entendida como a participação organizada e efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar na organização, construção e avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, na construção de seus regulamentos e nos processos decisórios da instituição, na forma disposta por este Decreto;

IV - Conselho Escolar: órgão colegiado, de natureza pública, formado por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar: professores e demais profissionais do magistério, estudantes, servidores escolares e pais ou responsáveis legais de alunos, cuja finalidade principal é participar da gestão escolar, assegurando a regularidade, transparência e efetividade dos atos praticados, constituindo-se como a instância máxima na tomada de decisões realizadas no interior da instituição escolar;

V - Conselho Municipal de Educação: O Conselho Municipal de Educação é órgão



**Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE PAULO BENTO
PODER EXECUTIVO**

consultivo, normativo de deliberação coletiva e de assessoramento à Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Turismo de Paulo Bento/RS, com a atribuição de definir normas e diretrizes para o Sistema Municipal de Ensino, bem como de orientar, fiscalizar e acompanhar o ensino da rede pública municipal e privada do Sistema de Ensino de Paulo Bento/RS.

VI - CPM: Unidade Executora das Escolas Públicas Municipais, se constituem em pessoa jurídica de direito privado, com registro no CNPJ, de caráter educativo, cultural, desportivo e assistencial, sem fins lucrativos ou religiosos, regido por estatuto próprio aprovado em assembleia pública, de acordo com a legislação vigente.

Seção II

Princípios da Gestão Democrática

Art. 4º A Gestão Democrática do Ensino Público Municipal, princípio inscrito no Artigo 206, inciso VI, da Constituição Federal e no Art. 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, será exercida na forma da Lei, obedecendo aos seguintes princípios:

I – Participação da comunidade escolar na definição e na implementação de decisões pedagógicas, administrativas e financeiras, por meio de órgãos colegiados;

II- Respeito à pluralidade, à diversidade, ao caráter laico da escola pública e aos direitos humanos em todas as instâncias da Rede Municipal de Ensino Público;

III - Autonomia relativa dos estabelecimentos de ensino na gestão administrativa, financeira e pedagógica;

IV – Livre organização dos segmentos da comunidade escolar;

V – Transparência dos mecanismos administrativos, financeiros e pedagógicos;

VI – Democratização das relações pedagógicas e de trabalho e criação de ambiente seguro e propício ao aprendizado, à construção do conhecimento e a disseminação da cultura;

VII – Eficiência no uso dos recursos federais recebidos , visando a qualidade da educação.



**Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE PAULO BENTO
PODER EXECUTIVO**

Seção III

Das Instâncias de Participação

Art. 5º A gestão democrática realiza-se mediante a existência dos seguintes mecanismos de participação, regulamentados pelo Poder Executivo e Legislativo:

- I** - Conselho Municipal de Educação;
- II** - Conselho Escolar;
- III** - Círculo de Pais e Mestres – CPM.

Capítulo II

Dos Diretores de Escola

Art. 6º A indicação dos nomes ao cargo de diretor de escola é escolha do Chefe do Poder Executivo, observando-se a formação e a experiência, mediante portaria de designação, com a percepção de função gratificada prescrita em Lei.

Parágrafo único: As atribuições da função gratificada de diretor escolar serão exercidas em conformidade com os seguintes atributos:

- I** – Representar oficialmente a escola, responsabilizando-se pelo seu funcionamento, estimulando o envolvimento das crianças e estudantes, pais, mães ou responsáveis, professores e demais membros da equipe escolar;
- II** - Coordenar, em consonância com a Secretaria Municipal de Educação, a elaboração, a execução e a avaliação da Proposta Político-Pedagógica da Escola;
- III** - Coordenar a implantação da Proposta Político-Pedagógica da escola, assegurando o cumprimento do currículo e do calendário escolar;
- IV** - Organizar o quadro de recursos humanos da escola com as devidas atribuições de acordo com os cargos providos; administrar os recursos humanos, materiais e financeiros da escola;
- V** - Velar pelo cumprimento do trabalho de cada docente;
- VI** - Divulgar à comunidade escolar a movimentação financeira da escola;
- VII** - Manter o tombamento dos bens públicos da Escola atualizado, zelando pela sua conservação;



**Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE PAULO BENTO
PODER EXECUTIVO**

VIII- Avaliar o desempenho dos professores sob sua direção.

IX – Responsabilizar-se e coordenar os procedimentos referentes ao recebimento, execução e prestação de contas dos recursos financeiros transferidos à escola por órgãos Federais;

Art. 7º Poderá ocupar o cargo de Diretor de Escola os professores de ensino fundamental e da educação infantil, que preencham os seguintes critérios:

I – Professor ocupante de cargo de provimento efetivo do Magistério Público Municipal, que tenha no mínimo, 2 (dois) anos de experiência em função de docência, (**ART. 67 LDB**);

II – Habilitação em Nível Superior de Licenciatura Plena (de preferência Pedagogia), curso de Especialização (latu sensu) em Gestão Escolar (ART 64 LDB);

III – Não ter incorrido penalidade administrativa, no exercício da função pública, em sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar (PAD);

IV – Esteja apto a exercer plenamente a movimentação financeira bancária, juntamente com o presidente do CPM ;

V - Estar em dia com as obrigações eleitorais;

VI – Comprometer-se em participar de curso de Especialização em gestão escolar, com carga horária de no mínimo 200 horas, (se caso não tiver);

Direção e Equipe Diretiva da Escola

Art. 8º A função de diretor de escola é de confiança do Poder Executivo Municipal, nos termos e condições que dispõem a Constituição Federal, a LDB, o Plano Municipal de Educação, e o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal.

Seção IV

Da Autonomia Administrativa e Regulamentadora

Art. 9º As escolas municipais contarão com um diretor, com carga horária a disposição do Prefeito Municipal.



**Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE PAULO BENTO
PODER EXECUTIVO**

Art. 10 O mandato do cargo de Diretor Escolar poderá ser de dois (2) anos, podendo ser reconduzido ao cargo, levando-se em conta o cumprimento deste Decreto;

Art. 11 O regimento escolar será elaborado e modificado com a participação da comunidade escolar, através das instâncias referidas neste Decreto, de acordo com as diretrizes legais existentes e sob a orientação da Secretaria Municipal de Educação.

Seção V

Da Autonomia Pedagógica

Art. 12 A autonomia da gestão financeira, dos recursos do Governo Federal, dos estabelecimentos de ensino público municipal de Paulo Bento/RS, será assegurada pela respectiva unidade executora, nos termos de seu Projeto Político-Pedagógico, visando a melhoria da eficiência e da eficácia na manutenção das instalações escolares e para qualificar o processo de ensino-aprendizagem.

Parágrafo único: Entende-se por unidade executora da escola, o Círculo de Pais e Mestres - CPM, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade apoiar o estabelecimento de ensino no cumprimento de suas respectivas competências e atribuições.

Art. 13 Compete à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo:

I – Estabelecer os procedimentos operacionais que assegurem o cumprimento deste Decreto;

II – Orientar e capacitar as direções das unidades escolares no que concerne às normas gerais que regem a execução, controle e prestação de contas de recursos financeiros públicos;

Art. 14 O (a) diretor (a) da escola é responsável pela prestação de contas, que será anual e que deverá ser apresentada a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, até o último dia útil do mês de dezembro.



**Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE PAULO BENTO
PODER EXECUTIVO**

Capítulo III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 15 Este Decreto entra em vigor a partir de janeiro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paulo Bento, RS, aos quatorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois.

GABRIEL JEVINSKI

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Data Supra.

FERNANDO DINIZ POMPERMAIER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento,
Meio Ambiente e Saneamento – Em - Exercício